

## **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**

**Local:** FAFICH/UFMG - Belo Horizonte, MG

**Data:** 31 de maio a 03 de junho de 2005

### **GT20 – Sociedade e Estado na América Latina**

Coordenação: Elza Maria Franco Braga (UFC), Adelita Neto Carleial (UECE) e Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (PUC-SP)

## **SINDICALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA A ALCA NA AMÉRICA LATINA**

Adelita Carleial<sup>1</sup>

**Palavras- chave:** movimentos sociais, governos nacionais, conflitos, ALCA

### **Resumo:**

O sindicalismo brasileiro e o latino-americano, ao mesmo tempo em que se modificam com a política neoliberal, planejada na atual fase do capitalismo globalizado, também interferem nesse processo, reforçando as pressões dos demais movimentos sociais antiglobalização que emergiram por todo o mundo. Esta pesquisa investiga as contradições entre a intervenção do grande capital, mediante a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e as reações do sindicalismo associado aos movimentos populares, no Brasil, Venezuela, Argentina e México. Os rearranjos sociais, decorrentes desses conflitos, têm redefinido o campo político local e regional, no contexto recente dos governos nacionais, construindo novas formas democráticas e cidadãos de fazer política.

---

<sup>1</sup> Socióloga, ex-diretora do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Mova-se), mestre em sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México, doutora em sociologia pela Universidade Federal do Ceará, professora e coordenadora do Laboratório de Estudos de População (LEPOP) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e membro da RUPAL.

## **Introdução**

Este artigo investiga as dinâmicas sindicais e dos movimentos sociais, particularizadas nas mobilizações contra a ALCA, no Brasil, Venezuela, Argentina e México, sob os impactos das ações de governos nacionais e de seus acordos com os EUA, submetidos à lógica neoliberal de distribuição desigual do trabalho e do capital.

O fio condutor deste trabalho é a questão dos novos formatos organizativos dos grupos sociais e de suas práticas políticas, partindo-se do pressuposto de que os movimentos sindicais e sociais ampliaram suas abrangências incorporando novos parceiros, diversificando seus repertórios reivindicativos, internacionalizaram suas mobilizações e, por isto, democratizaram suas atuações envolvendo diversos segmentos da sociedade civil, além de politizarem suas lutas com temáticas e ações de cunho coletivo e nacional.

Esta investigação identificou traços democráticos, nas ações dos movimentos sindicais e sociais, caracterizados pela diversidade, descentralização e abertura para a participação popular em suas mobilizações.

Essa democratização processual da sociedade brasileira e de outros países latino-americanos significa uma dinâmica política, que envolve redes de poder exercido de forma diferenciada, autoproclamadas como defensoras da diminuição das desigualdades socialmente injustas.

Desta forma, esta investigação sobre os movimentos sindicais e sociais, brasileiros e latino-americanos, em sua comunicação conflituosa com os governos locais e contra a internacionalização do capital, trabalha na perspectiva teórica do movimento contraditório de lutas de interesses entre a classe trabalhadora e os representantes da classe patronal, conformados em governos nacionais, em países na América Latina.

Parte-se do suposto de que as mudanças que estão sendo implementadas na região, tanto na dinâmica dos movimentos, quanto no redesenho do Estado, decorreram da pressão e da reação política destes movimentos, componentes da sociedade civil, e da

resposta da sociedade política, configurando, assim, o nível de desenvolvimento social dos Estados nacionais na região.

Esta pesquisa foi baseada em informações contidas, principalmente, nos *sites* da ALAI (Agência Latino-americana de Informação), ADITAL (Agência de Informação Frei Tito para a América Latina), CUT (Central Única dos Trabalhadores-Brasil), acessados no período de novembro de 2003 a julho de 2004, depois de terem sido sistematizadas e selecionadas, permitindo, então, priorizar, especificamente, os eventos relativos às manifestações de sindicatos e de movimentos sociais contrários à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), particularmente em 4 países: Brasil, Venezuela, Argentina e México.

Optou-se por este foco, como um recurso metodológico, objetivando a reflexão, devido à diversidade de interesses e de organizações em movimento na América Latina.

### **ALCA e sua construção conceitual**

A globalização trouxe entre outras coisas a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Iniciada em 1994, como um conjunto de idéias e de propostas de racionalidade econômica para dinamizar as relações comerciais entre as nações deste continente, foi, sistematicamente, sendo questionada e redefinida, mantendo-se até agora, depois de dez anos, em negociações entre as partes para a definição de seus parâmetros de controle e de funcionamento, visando entrar em vigor em janeiro de 2005.

Inúmeros documentos e estudos analisam a ALCA com significados diferentes para a região e para os Estados Unidos, o membro politicamente hegemônico e de maior peso econômico, dentre todos os países envolvidos.

A ALCA seria, segundo a reportagem de Claudia Korol (2004), com depoimentos de distintos movimentos sociais e sindicais, inclusive com opiniões de alguns governos nacionais, opositores ao domínio dos Estados Unidos, sobre a América Latina:

- a) uma estratégia legalista de sobrevivência dos EUA, em crise, para viabilizar a acumulação ampliada do capital (João Pedro Stédile, dirigente do Movimento Sem Terra);
- b) outra forma de financiar as dívidas com gastos militares dos EUA, de destruir o Mercosul, de isolar e submeter o Brasil aos interesses norte-americanos, e permitir vantagens comparativas para aquela economia competir com a Europa (Fidel Castro);
- c) uma maneira de aumentar a dependência política da América Latina com o pagamento da dívida externa de 745 mil milhões de dólares, segundo Jaime Estay (Universidad de Puebla), e com o fornecimento de treinamento militar para mais de cem mil soldados das polícias e dos exércitos regionais (Ana Esther Ceceña);
- d) rede, de acordos bilaterais, que trata desigualmente os países, onde os governos nacionais estão em posições desfavoráveis, solapando as negociações coletivas; projeto norte-americano que não discute os temas de grande interesse estratégico, mas as questões de inversões, os serviços, a propriedade intelectual, as compras governamentais e a política de competência, conhecida como ALCA *light* (Osvaldo Martínez).

Por estas argumentações, a ALCA teria uma oposição, tanto dos movimentos, quanto de governos; responderia, tanto às necessidades norte-americanas, quanto fortaleceria os governos associados a estes interesses; seria, portanto, uma nova forma de expressão da divisão internacional do trabalho e de sua valorização.

Seguindo, com o levantamento sobre a ALCA, outra fonte de opiniões é o artigo de Magdalena León (2004). De acordo com ela, a ALCA:

- a) não é só um acordo comercial com maior alcance geográfico, mas, também, um instrumento de “novo tipo”, que tem implicações para a economia toda, para os Estados e para a vida das pessoas na região;
- b) seria um modelo econômico e geopolítico que compromete o desenvolvimento, a soberania, a democracia e o futuro dos países latino-americanos;

c) constituiria em um modelo econômico neoliberal de livre mercado que reforça os esquemas tradicionais de comércio e reprodução do capital, de privatizações, precariedades dos empregos, redução de direitos sociais e trabalhistas, discriminações de gênero, e desestímulos às pequenas e médias produções econômicas.

Deste bloco assertivo, agrega-se a questão de sua amplitude, a qual ultrapassa aos limites econômicos, abrangendo a geopolítica e a cultura, como mais um dado às conclusões sobre a definição do que seria a ALCA.

Uma terceira fonte pesquisada, para definição da ALCA, foi Frei Betto (2002), que dialoga com outras idéias de personalidades, apresentando esta proposta de acordo comercial, como sendo:

a) um projeto político, estratégico e econômico, que irá aprofundar "(...) os saques que significaram as políticas de ajuste estrutural, privatização, desregularização e endividamento que tem acarretado tanto desemprego e miséria nos últimos anos" (Adolfo Pérez Esquivel, o Prêmio Nobel da Paz, aos congressistas estadunidenses em Washington, em finais de 2003);

b) uma recolonização da América Latina, sob a hegemonia da burguesia estadunidense, de suas empresas transnacionais e de seu governo;

c) mercantilização da natureza, submetendo os ecossistemas e a biodiversidade às leis do mercado e aos lucros das transnacionais;

e) para os EUA, seria a oportunidade de negócios, para venda de mercadorias, tecnologia e serviços, sem obstáculos ou restrições, dentro de um mercado único de mais de 800 milhões de pessoas, com uma renda total superior a 11 bilhões de dólares, compreendendo uma área que vai do Ártico ao Cabo de Fornos (Collin Powell, em Quebec, em 2001);

f) para o Brasil, haveria perdas nos setores de máquinas e equipamentos, eletroeletrônico, químico, mobiliário, papel de celulose, financeiro e de seguros; além de prejudicar as pequenas e médias empresas brasileiras sem competitividade no mercado com os EUA (CUT);

h) internacionalização das causas jurídicas que, como as instituições multilaterais, estariam sujeitas às pressões das empresas transnacionais;

h) o aprofundamento da subordinação das políticas educativas ao monitoramento promovido pelo Banco Mundial;

h) uma ameaça para o presente e o futuro da identidade nacional e continental.

Com mais estas proposições, complementa-se a tentativa de construção da definição da ALCA, incorporando a perspectiva da relação entre o homem e a natureza, que, neste caso, se altera sob novas condições produtivas, repercutindo na elaboração de leis e valores, redefinidores da identidade das nações.

Não se satisfazendo, ainda, com todas as questões ponderadas, apresenta-se, enfim, Altamiro Borges (2002) com suas afirmações do ponto de vista dos trabalhadores e da população. Para este autor, os sindicatos seriam os prejudicados com a ALCA, porque ficariam frágeis diante de legislações internacionais que não respeitariam avanços sociais já conquistados, fatos comprovados com a vigência do NAFTA<sup>2</sup>. Este seu argumento<sup>3</sup> estaria apoiado em considerações da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOUSL), uma importante central da atualidade, moderada e de tendência social-democrata.

Em síntese, a ALCA não é apenas um pacto econômico entre governos, mas envolve outras questões que alteram a relação do homem com a natureza em condições produtivas novas, repercutindo em leis e valores, redefinidores da identidade das nações, incorporando uma forma diferente de expressão da divisão internacional do trabalho e de

---

<sup>2</sup> Tratado de Livre Comércio da América do Norte, assinado em 1992, entre os Governos do Canadá, Estados Unidos da América e Estados Unidos Mexicanos, entrando em vigor em 1994, para a obtenção de acordos de cooperação laboral e ambiental.

<sup>3</sup> Exemplificando, concordariam, também, que a ALCA não convém para o povo e para o desenvolvimento da região, outras organizações da sociedade civil: No Brasil, CUT (Central Única dos Trabalhadores), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Agricultura), e MST (Movimento dos Sem Terra); na Nicarágua, ATC (Associação dos Trabalhadores do Campo); na Colômbia, ANSA (Associação Nacional pela Salvação Agropecuária); no México, ANEC (Associação Nacional de Empresas Comerciais de Produtores do Campo); no Equador, Ecuarunari/CONAIE (Confederação Nacional Indígena do Equador), na Venezuela, CONIVE (Conselho Nacional Indígena da Venezuela) e a Coordenação Agrária Nacional Ezequiel Zamora.

sua valorização, que fortalece os governos e empresas associadas aos interesses políticos hegemônicos na globalização, ultrapassando os limites econômicos e abrangendo a geopolítica e a cultura, interferindo e redimensionando essas dimensões dentro da lógica expansionista do capital, opondo as classes trabalhadoras e populares aos empresários e aos seus representantes nos governos nacionais, aprofundando as reformas neoliberais, dinamizando as economias de forma subordinada ao capital internacional dirigido pelos EUA, e mantendo as posições subordinadas dos países latino-americanos.

### **Oposição popular a ALCA**

A luta contra a ALCA pautou as agendas dos movimentos sindicais e sociais<sup>4</sup> de toda a América Latina. A razão desta priorização foi a importância dada a esta problemática pelos movimentos, estimulados pelas discussões e pelo acúmulo de informações sobre este possível acordo comercial entre os países latino-americanos e, principalmente, pela experiência vivida com as políticas neoliberais, geradoras de desemprego e de perda de certos direitos trabalhistas. As representações sociais sobre a ALCA, tanto da oposição, quanto da situação, mostraram, estas questões, no item anterior deste artigo.

Estes movimentos sindicais e sociais contra a ALCA, na América Latina, por serem o objeto deste estudo, necessitam ser identificados em suas características para permitir entender suas ações políticas, suas particularidades, demandas, formas de luta, e articulações com outras organizações da sociedade civil.

Para observar estes movimentos sindicais e sociais, reuniram-se, no Quadro 1, informações sobre alguns casos, ocorridos no Brasil, o Dia Nacional de Mobilização e Luta e a Campanha Nacional contra a ALCA; na Venezuela, Plataforma Venezuelana contra a ALCA; na

---

<sup>4</sup> Neste trabalho, tratam-se os movimentos sindicais e sociais em suas congruências e semelhanças, porque eles são examinados em ações conjuntas objetivando resultados compartilhados, portanto, neste caso, apenas do ponto de vista metodológico, não se interessou por suas naturezas específicas e diferenciadoras, tais como, a distinção entre os movimentos sociais que seriam aqueles de fora da produção econômica e os movimentos sindicais os de dentro da esfera produtiva, porque, no caso da luta contra a ALCA, estes movimentos ultrapassaram esses seus objetivos corporativos.

Argentina, Dia da Soberania Nacional; e, no México, Marcha do Milho e pela Vida e a Marcha da Campanha da Aliança Social Continental contra a ALCA.

Neste registro, foram indicados certos espaços democráticos, tais como, ações conjuntas e descentralizadas entre organizações diversas; movimentações que extrapolaram os interesses específicos; e, em terceiro lugar, desterritorialidade desses eventos políticos para além de seus limites espaciais.

Em geral, percebem-se formas democráticas de fazer política, pelo tipo de movimento, pelas suas demandas e pelos seus participantes. São traços disto, a continuidade, durante anos, deste conflito, construindo um processo formador de redes de forças entre distintos trabalhadores e desocupados, possibilitando a participação das classes sociais populares nos rumos políticos e econômicos da sociedade, exigindo-se uma situação de liberdades civis e de repartição do poder, bases para a igualdade política, em um Estado de Direito (BOBBIO *apud* GARCÍA, [s.d]).

A inserção de intelectuais coletivos (GRAMSCI, 2000), partidos políticos, sindicatos e outras organizações, nestes movimentos, compondendo certa unidade, vislumbra uma reforma cultural, de direção política transformadora e emancipatória, de formação de uma vontade coletiva nacional-popular. Vêem-se os intelectuais, nestes movimentos, porque são objeções teóricas, e só uma ação política poderia questionar algo que ainda não está em funcionamento. Outro sinal da racionalidade política é a não espontaneidade destes movimentos, pois os mesmos requerem uma organização com procedimentos, fluxos, mecanismos estruturados e sistematizados por uma intelectualidade. Por fim, a natureza do objeto do confronto, a ALCA, impõe um combate intelectual que decifre códigos econômicos e políticos. Esta é uma das particularidades destes movimentos, que o diferencia dos outros.

Por isto, acordos fechados nas esferas de governos foram desvendados, politizando estas lutas, elevando o nível de consciência de seus significados e, sobretudo, de suas ameaças às soberanias nacionais.



Discordando de Gohn (1997), que não vislumbra o caráter de classe dos movimentos sociais, este estudo conclui o contrário, reafirmando-os como lutas classistas, forças capazes de trilhar caminhos, geradas nas contradições do processo de globalização, e incentivadas pela política.

Nestes países, os trabalhadores e os não trabalhadores construíram expressões dos mais variados matizes, mas, também, aquelas organizações cujo objetivo principal foi o combate à implantação da ALCA, transcendendo as especificidades de cada um (grevistas, estudantes, de gênero, partidos políticos, econômicos, religiosos, profissionais liberais, dentre tantos outros). Essa ligação entre as diversidades das organizações da sociedade civil demonstra que, coletivamente, elas unificaram-se, neste aspecto, em uma posição de classe, pois estavam defendendo o trabalho em oposição ao capital.

Estes movimentos sindicatos e sociais atestaram estratégias de lutas nacionais, com consciência política, para se contrapor ao poderio norte-americano. Eles estabeleceram estratégias de enfrentamento, mais amplas, pois envolveram setores da sociedade civil não organizados, e conduziram politicamente suas manifestações. Ocuparam as ruas, promoveram campanhas, plebiscitos e abaixo-assinados, ficaram em vigília, realizaram atos públicos em praças, ações estas que permitiam agrupar pessoas, socializar as informações, agregar novos adeptos, multiplicando o número de participantes em um processo de evidente abertura política, portanto, democrático.

Rompem os limites territoriais, entre urbano e rural, unindo sindicatos citadinos com os movimentos camponeses. Reagem às crises econômicas e políticas dando direções alternativas, inclusive, servindo de instrumentos de governos nacionais de expressão de poder de um povo, legitimando essas administrações, como é o caso a ALBA (Alternativa Bolivariana para a América) da Venezuela. Quando em redes internacionais, mais vigorosos se transformam, pois envolvem milhares de seguidores, em diferentes organizações sociais e políticas, representando dezenas de países. Servem de aprendizagem política, com as

trocas de experiências e de conhecimentos, onde nações de desenvolvimento social mais avançados influenciam os demais, para atingir níveis de politização semelhantes aos seus. Expandem as fronteiras espaciais de suas lutas, defendendo os povos de outras nações, em seus protestos, por exemplo, contra a guerra e ocupação norte-americana no Iraque, como aconteceu no III Encontro Hemisférico contra a ALCA, reunido em Havana, entre os dias 26 e 29 de janeiro de 2003 ([www.alcaabajo.cu](http://www.alcaabajo.cu) , acessado em 31 de julho de 2004, tomado da ADITAL, em janeiro de 2004).

Estas transformações em curso, nos movimentos sindicais e sociais latino-americanos, refletem as novas relações de forças que estão ocupando os espaços políticos e suas contradições, produzidas nessa fase recente dos governos nacionais na região, sob o modelo neoliberal (CARLEIAL, 2003).

As semelhanças entre esses movimentos, sindical e social, mostram que ambos são processos sociais, políticos e culturais; implementados por construtores de identidade coletiva e de constituição de cidadania, manifestam-se politicamente ao se oporem às autoridades, unem seus integrantes por interesses comuns; são históricos, pois se dão na cotidianidade da experiência vivida.

Incluindo a luta de classes na dinâmica dos movimentos sindicais e sociais, já que estes defendem interesses da classe oprimida e submetida ao jugo do capital, pode-se dizer que esses movimentos ampliam o campo da política, em uma ação coletiva fora e dentro da esfera institucional (GIDDEN *apud* GOHN, 1997), praticam a contestação ao oponente e, por isso, são transformadores; expressam uma nova forma de fazer e conceber a política; formam sujeitos políticos; criam um campo de expressão do conflito; elaboram uma cultura política; afirmam valores; redefinem a política com discursos e práticas; resistem e recriam a ordem e a desordem social, com formas de sociabilidade e regras de convivência solidárias; tornam públicas suas experiências de organização e de contestação (BARREIRA, 1992).

### **ALCA, governos-nacionais e blocos de interesses**

A combatividade destes movimentos reflete a natureza dos governos nacionais. Onde estes governos são fortes e populares, como no caso do Brasil e Venezuela, para ficar apenas entre os países selecionados para este estudo, as organizações da sociedade civil movimentam-se com maior liberdade de expressão, possibilitando produzir novos espaços de manifestação e de divulgação de suas idéias e proposições.

O caso da Venezuela é paradigmático. Incentivados pela conjuntura política do Governo do Presidente Hugo Chávez, segmentos dos trabalhadores venezuelanos construíram, em 2003, a União Nacional dos Trabalhadores, que atualmente representa 500 sindicatos e 37 federações regionais, unificando várias correntes sindicais de trabalhadores, servidores públicos, petroleiros e profissionais liberais, opositoras à Central dos Trabalhadores da Venezuela, considerada corrupta e de direita (ADITAL, [www.adital.org.br](http://www.adital.org.br) acessada em 30/7/2004).

No Brasil, as contradições entre o governo popular e as organizações dos trabalhadores, também, são evidentes como na Venezuela, porém por motivos diferentes. O Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva não rompeu, visivelmente, com a política neoliberal dos governos anteriores, provocando contradições no seio da classe trabalhadora organizada. Entretanto, algumas tentativas de aproximação entre governo e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (entidade nacional de respeitável peso político, inclusive, espaço de atuação do Presidente, quando era apenas líder sindical) mostram iniciativas para a construção de um pacto entre governo e classe trabalhadora, para viabilizar reformas que a crítica tem argüido como sendo contrárias ao trabalho e conciliadoras com o capital. Reuniões entre ministros e representantes desta central são noticiadas pela imprensa nacional reiteradas vezes, negociando salários, apoios políticos, pagamentos de sentenças judiciais, etc. (CUT, 2004).

A posição governamental brasileira em relação a ALCA não tem sido de franca rejeição, apesar de medidas como a substituição do chefe de negociações brasileiras, o

Sub-secretário Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior ([www.alcaabajo.cu](http://www.alcaabajo.cu), acessado em 31 de julho de 2004), e tentativas de negociar com os EUA como bloco do MERCOSUL<sup>5</sup>, defendendo os interesses econômicos regionais, particularmente os ligados a agricultura.

O fato de não se ter uma homogeneidade entre os governos da região gera contradições internas na relação com os EUA e com os encaminhamentos para a implantação e o término das negociações sobre a ALCA. Alguns países como o Uruguai, Paraguai, Costa Rica e a Argentina, por exemplo, concordam em negociar individualmente com os EUA. Diferentemente, o Brasil, ainda com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e a Venezuela, já com Hugo Chávez, no Encontro de Quebec, defenderam a não assinatura do acordo caso os interesses de seus países não fossem contemplados (BELLO, 2004).

A inserção assimétrica destes países, no mercado internacional, mostra que estão envolvidos interesses econômicos diferentes para os países da região. Por exemplo, em 1998, para os EUA, destinam-se 86,8% das exportações mexicanas, 36,3% das dos países da Centroamérica, 15,1% das do MERCOSUL, e 40,5% do Grupo Andino, representando no total da América Latina, 51,7% dos produtos vendidos no exterior. Os países do MERCOSUL são um bloco cujo maior volume exportado foi para a Europa (25,9%) e para a própria América Latina (35,0%) (CEPAL *apud* BELLO, 2004). Tais informações esclarecem, do ponto de vista dos interesses empresariais, o que está em jogo na ALCA.

Contrários aos empresários, exatamente por estarem no outro pólo da relação entre trabalho e capital, outros segmentos da sociedade civil latino-americana têm razões para mobilizarem-se e protestarem contra a ALCA. São inúmeros os exemplos existentes, tais como: Cúpula dos Povos das Américas (a primeira realizada no Chile, em 1998; a segunda

---

<sup>5</sup> O Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (MERCOSUL) foi criado em 1991, com o Tratado de Assunção, juntamente com o Protocolo de Brasília, e consolidado com o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, acordando juridicamente medidas de integração aduaneira, visando liberação comercial, com redução das barreiras tarifárias, coordenadas por políticas macro-econômicas, compartilhadas entre seus membros.

em Quebec, em 2001; e a terceira em Madri, em 2002); Fórum Social Mundial (que acontece anualmente, desde 2001, sendo quatro vezes no Brasil e, apenas em 2003, na Índia); Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA (realizados em 2001, 2002 e 2004, em Havana, Cuba); dentre tantos outros. Fora isto, blocos governamentais de países desenvolvidos, como a União Européia, igualmente, participam deste jogo de forças políticas, pois tenderão a sofrer, também, repercussões da ALCA. Este estudo, porém não aprofundou estes aspectos da questão, porque tomou apenas aqueles casos particulares, já analisados, para ilustrar este confronto.

### **À guisa de conclusões**

Este artigo procurou estudar os movimentos sindicais e sociais, em suas contendas contra a ALCA, e verificou a possibilidade de construção da democracia na América Latina pelo enfoque do poder exercido por eles. Certificou-se que estes movimentos circularam em torno da agenda política dos governos e das invertidas dos EUA, respondendo às ameaças e defendendo o trabalho e as classes produtoras. As demandas desses movimentos não propuseram alternativas para fora do sistema vigente, mas, mesmo assim, constituíram esferas de participação política, influenciando as ações de governo.

O equilíbrio dinâmico entre a sociedade civil e a sociedade política tem sido conseguido à custa de muito esforço destes movimentos, mas, até agora, convive-se com uma não cidadania econômica, recentemente, acoplada à cidadania política, entendida esta como a possibilidade de participação na vida social de organizações políticas, existência de fóruns, encontros nacionais e regionais, entre outros. Assim, o capitalismo ainda reforça a acumulação ampliada do capital e mantém as relações de exploração e de propriedade privada, de modo hegemônico dirigindo as classes não opositoras e dominando as classes opositoras (GRAMSCI, 2000).

Este trajeto da ALCA, de dez anos de vaivém, busca uma legitimação institucional, mas não viabiliza o consentimento ou, então, a aceitação de expressivos segmentos

sociais, através de mecanismos institucionais de participação ou de reformas políticas. Trata-se de um caso de consolidação da pressão do avanço do capitalismo e de suas novas formas de exploração e de subjugação da classe trabalhadora.

O enfraquecimento de algumas formações democráticas, que a literatura especializada aponta como uma evidência, atualmente, não encontra respaldo neste estudo a partir dos levantamentos realizados. Tampouco os blocos de poder local perderam o sentido de nacionalidade e de Estado-soberano<sup>6</sup> (mais do que já era tradicional em alguns países) como comprovam a Venezuela e o Brasil. Contraditoriamente, as economias destes países têm atrelando-se mais intensamente aos interesses transnacionais, porém não houve uma relação direta com a perda de combatividade dos movimentos sindicais e sociais, no caso da hostilidade a ALCA. Isto leva a ponderar que o fortalecimento destas lutas está muito mais nas pressões populares (como são os casos do Brasil, Venezuela, Argentina e México), do que na formação de governos, mais ou menos populares, apesar de serem influenciados por eles.

Nesta cadência aparece como forte o Estado burguês internacionalizado, enquanto que há uma perda de vigor da democracia institucional. Entretanto, existe o ganho de visibilidade dos movimentos sindicais e sociais, havendo um revigoramento da luta social com a incorporação dos movimentos dos excluídos, dos sem cidadania, dos sem terra, tomando novo impulso o enfrentamento aos projetos governamentais antinacionais.

Nesta dinâmica, que envolve interesses contrários, os conflitos sociais produzidos pela intervenção política do grande capital, nestes países, constroem novos arranjos políticos e reações populares e, em especial, o sindicalismo latino-americano junto com o movimento social redefinem o campo político local e regional com sua presença nos espaços públicos e seus discursos ideológicos.

---

<sup>6</sup> Para aprofundar esta problemática, confira Oliver (2003) com sua discussão sobre a reforma política, a democracia e as novas redes de poder na América Latina.

## Referências Bibliográficas

BARREIRA, Irllys. *O Reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BELLO, Lourdes Ma. Regueiro. *El ALCA: entre la complacencia y la resistencia*. Centro de Estudios sobre América e Cuba. <[www.alcaabajo.com](http://www.alcaabajo.com)>. Acessado em 31 de julho de 2004.

BETTO, Frei. *A Soberania não se negocia*. São Paulo: ALAI-AMLATINA, 27/05/02.

BORGES Altamiro. O sindicalismo diante do risco-ALCA. [La Insignia](http://www.lainsignia.org). <[www.lainsignia.org/2002/septiembre/econ\\_028.htm](http://www.lainsignia.org/2002/septiembre/econ_028.htm)>, 2002.

CARLEIAL, Adelita Neto. Transformações no sindicalismo latino-americano no contexto da globalização. In: BRAGA, Elza (Org.) *América Latina; transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: UFC, 2003.

CUT. Matéria da seção [Brasil](#) CUT, Secretaria Nacional de Comunicação, publicada em 29/07/2004, e acessada em 30/7/2004.

FREI BETTO. *A Soberania não se negocia*. São Paulo: ALAI-AMLATINA, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GARCÍA, José M. González. Límites y aporías de la democracia representativa en Norberto Bobbio. In GARCÍA, José M. González, CASTRO, Fernando Quesada (Coords.) *Teorías de la democracia*. Colección Pensamiento Crítico/ Pensamiento Utópico. (s.l.): Anthropos. Editorial del Hombre, (s.d).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Notas o Estado e a Política. Vol.3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KOROL, Claudia. Estratégias de luta contra a ALCA: 'quando as sardinhas se organizam', <[www.alcaabajo.com](http://www.alcaabajo.com)>, acessada em 31 de julho de 2004.

LEÓN, Magdalena. Mulheres contra a ALCA: razões e alternativas.  
<<http://alainet.org/publica/mujalca>>, acessado em 31 de julho de 2004.

OLIVER Costilla, Lúcio. Transformações do estado e da sociedade civil na América Latina. In:  
BRAGA, Elza (Org.) *América Latina*; transformações econômicas e políticas. Fortaleza: UFC,



QUADRO 1. MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS CONTRA A ALCA (2003/2004) (Continua)

Cidade/ País (data)	Tipos de movimento	Demandas/ reivindicações	Participantes	Resultados/ observações
Brasil (16/7/2004)	1. Dia Nacional de Mobilização e Luta 2. Ato público, concentração na praça, passeatas, panfletagem em porta de fábrica, com carro equipado com som, bandeiras, apitos e <i>show</i> cultural, acampamento; 3. Campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários; 4. Jornada Nacional de Lutas.	1. Mudanças na política econômica; 2. Políticas de geração de emprego, fim do acordo com o FMI e não a ALCA; 3. Reforma agrária e assentamentos para os sem-terra; 4. Contra as privatizações, o aumento de tarifas públicas, o desemprego, os juros, e o valor do salário mínimo; 5. Frentes Emergenciais de Trabalho através de obras públicas.	1. Famílias acampadas; 2. Trabalhadores em greve, desempregados 3. CUT de 21 estados; 4. Coordenação dos Movimentos Populares; 5. Trabalhadores sem terra, UNE, partidos políticos; 6. Coordenação dos Movimentos Sociais.	Mobilizações nos 21 Estados
Brasil (2002-2004)	Campanha Nacional contra a ALCA com um plebiscito popular para consultar o povo se ele quer ou não a ALCA.	1. Enfrentamento à política imperialista dos EUA e defesa da soberania nacional; 2. Construção de uma alternativa de integração popular e soberana entre os povos americanos.	Pastorais Sociais/ CNBB; CPT; CIMI; BRADES; MST; CUT; UNE; CMP; Consulta popular; UNAFISCO/ Sindical; Grito dos Excluídos; CNTE; Federação Nacional de Advogados; ANDES; CONIC; CESE; FISENGE; PACS; CEPIS; Cáritas Brasileira; Marcha Mundial das Mulheres; REBRIP; CONTAG; FASUBRA; Conselho Federal de Economia; Conselho Federal de Engenharia; Conselho Federal de Psicologia; UBES; MPA; MAB; ANMTR; Rede Brasil.	
Venezuela (26 e 30/1/2004)	Plataforma Venezuelana Contra a ALCA	Projeto de integração dos países da América Latina, denominado Alternativa Bolivariana para a América. Soberania e desenvolvimento dos povos, sem anexação.	Organizações sociais	Apresentado em Havana por ocasião do III Encontro Hemisférico contra a ALCA

Fontes: Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (ADITAL), [www.adital.org.br](http://www.adital.org.br); e a Agência Latino-americana de Informação (ALAI-AMLATINA), acessadas em 22.11.2003 e em 30/7/2004.

QUADRO 1. MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS CONTRA A ALCA (2003/2004) (Conclusão)

Cidade/ País (data)	Tipo de movimento	Demanda/ reivindicação	Participantes	Resultados/ observações
Buenos Aires/ Argentina (20 e 21/ nov/2003)	1. Dia da Soberania Nacional 2. Programa das Jornadas de Consulta Popular 3. Semana de intensa mobilização em todo o país contra a ALCA (Argentina Não a ALCA) 4. Mobilização na Praça de Maio	1. Contra a ALCA, a dívida externa e a militarização; 2. Por Terra, pelo Pão e pelo Trabalho, direito a um salário mínimo vital, por justiça, prender os assassinos de Darío e Maxi; 3. Contra o negócio bancário de cartões de plástico, exigido pelo governo e pelo Banco Mundial; 4. Protesto contra a Cúpula de Ministros de Comércio, em Miami.	1. Centenas de movimentos populares, organizações que formam a Autoconvocação Argentina Não a ALCA; 2. Movimento de oposição com 31.000 estudantes; 3. Movimento Camponês de Santiago do Estero, os MTD Anibal Verón, e os movimentos de desempregados.	1. Com mesas nas ruas, nas esquinas dos bairros, nos lugares de funcionamento das assembléias populares, milhares de argentinos puderam pronunciar-se sobre a adesão do país a ALCA; 2. Conseguiram a Lei de Plano de Emprego, mas receberam apenas 150 pesos que não compram uma cesta básica.
México/ Oaxaca (26/7/2004)	1. Marcha do milho e pela vida; 2. Cartas, chamadas telefônicas, visitas, pronunciamentos; 3. Plantão sem data para acabar, com a instalação de chiqueiros, em frente ao Palácio de Governo; 4. "Festa-protesto".	1. Luta há mais de 100 dias por melhores condições de vida (clínicas, emprego, escolas, moradias, justiça e paz; o fim da destruição dos bosques e da importação de milho transgênico; e soluções para os conflitos agrários); 2. Negar o Plano Puebla Panamá (PPP), o Tratado de Livre Comércio e a instalação de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).	1. Conselho Indígena Popular de Oaxaca (CIPO); 2. Populares.	1. Instalação de uma mesa de negociações com funcionários do governo federal; 2. Formação de uma comissão permanente de 144 pessoas (de todas as comunidades).
México (2003)	1. Marcha da Campanha da Aliança Social Continental contra a ALCA; 2. Mobilização nacional.	1. Protesto contra a ALCA durante a reunião dos vice-ministros de comércio das Américas; 2. Reunião de dois milhões de assinaturas contra a ALCA.	Comitê Mexicano da Campanha Continental contra a ALCA.	

Fontes: Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (ADITAL), [www.adital.org.br](http://www.adital.org.br); e a Agência Latino-americana de Informação (ALAI-AMLATINA), acessadas em 22.11.2003 e em 30/7/2004.